



CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS, QUE ENTRE SI FAZEM CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

## CONTRATANTE:

Denominação/Nome por extenso: SÃO FRANCISCO DE ASSIS CAMARA MUNICIPAL DE VERADORES			
CNPJ/MF: 91.262.154/0001-07 ✓		Inscrição Estadual:	
SIGLA/Nome resumido: *****		Ramo de Atividade: 84.11-6-00 – Administração pública em geral	
Endereço: RUA TREZE DE JANEIRO, Nº 535			
Cidade: SÃO FRANCISCO DE ASSIS		UF: RS	CEP: 97610-000
Telefone: (55) 3252-1718		FAX: *****	
Endereço Eletrônico: compras.camara.assis@gmail.com			
Nome do Responsável: ANTONIO IBANES ÉRBICE			
Cargo/Função: PRESIDENTE		RG: 8014889326 ✓	CPF: 305.026.670-87 ✓

## CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969.			
Nome da Diretoria Regional: REVEN-06-SANTA MARIA		CNPJ/MF: 34.028.316/2227-85	
Endereço: RUA VENANCIO AIRES, 1742			
Cidade: SANTA MARIA		UF: RS	CEP: 97010-002
Telefone: 55-3225-2321		FAX: RAMAL 241	
Endereço Eletrônico: rsreven06@correios.com.br			
Gerente REVEN/RS-06: ADRIANO FLORES DA SILVA			
RG: 1069598413		CPF: 898.827.920-49	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93, conforme Processo nº ....., CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e VENDA DE PRODUTOS, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

Contrato Múltiplo Padronizado – Versão Órgão Público - ECT x .CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS Nº ..... /2014

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL  
REVEN/RS-06 – SANTA MARIA – Rua Venâncio Aires, 1742 – 97001-970 – SANTA MARIA/RS  
Telefone: 55 3223-5918-r. 240; Fax 55 3223-5918-r. 241; e-mail rsreven06@correios.com.br

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação, pela **ECT**, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da **CONTRATANTE**, mediante adesão ao(s) **ANEXO(s)** deste Instrumento contratual que, individualmente, caracteriza(m) cada modalidade envolvida;

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1. Os procedimentos operacionais a serem adotados pelas partes encontram-se no(s) respectivo(s) **ANEXO(s)**;

2.2. A qualquer momento a **CONTRATANTE** poderá solicitar à **ECT** a inclusão ou a exclusão de serviços no presente contrato, procedimentos estes que deverão ocorrer por meio de termo aditivo.

2.2.1. A inclusão de serviços(s) dar-se-á após análise da viabilidade pela **ECT**, por meio do acréscimo do(s) **ANEXO(s)** correspondente(s), rubricado(s) pelas partes, contendo os procedimentos pertinentes ao serviço incluído, efetivando-se quando da assinatura do termo aditivo;

2.2.2. A exclusão ocorrerá mediante comunicação formal de qualquer uma das partes, com prova de recebimento e aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias.

2.2.2.1 Quando a solicitação de exclusão ocorrer concomitantemente à solicitação de inclusão de mesmo serviço ou serviço substituto, com cota mínima superior, a exclusão e inclusão ocorrerá na data da formalização do pedido, independente do aviso prévio a que se refere o subitem anterior.

2.2.3. Encontram-se definidas na Ficha Resumo anexa, rubricada pelas partes, as informações contratuais relativas aos serviços prestados.

2.2.3.1. Quando de aditamento visando a inclusão e/ou exclusão de **ANEXOS**, a Ficha Resumo deverá ser atualizada e rubricada pelas partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A **CONTRATANTE** se compromete a:

3.1. Informar à **ECT**, com antecedência mínima de 15(quinze) dias úteis da data de início das operações, os seus representantes credenciados a utilizarem o(s) serviço(s) previsto(s) no(s) **ANEXO(s)** deste contrato, se for o caso;

3.1.1. Deverá ser informado à **ECT** o nome do Órgão e do seu responsável, endereço, telefone para contato e os tipos de serviços a serem utilizados pelo Órgão credenciado;

3.1.2. Controlar a utilização dos serviços por parte de seus representantes credenciados.

3.1.2.1. Por representantes credenciados entendam-se os órgãos, filiais, ou, no caso de holding, dessa e de suas empresas controladas, cuja utilização do contrato for autorizada pela **ECT**.

Contrato Múltiplo Padronizado - Versão Órgão Público - ECT x CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS Nº ..... /2014

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

REVEN/RS-06 - SANTA MARIA - Rua Venâncio Aires, 1742 - 97001-970 - SANTA MARIA/RS  
Telefone: 55 3223-5918-r. 240; Fax 55 3223-5918-r. 241; e-mail [rsreven06@correios.com.br](mailto:rsreven06@correios.com.br)



3.1.3. A infração contratual por parte de qualquer das pessoas enumeradas no subitem 3.1.2.1. será de responsabilidade da **CONTRATANTE**, apurada nos termos deste contrato.

3.2. Indicar no ângulo superior direito do anverso dos objetos, por processo gráfico, etiqueta ou carimbo, a chancela de franqueamento padrão, fornecida pela **ECT** em arquivo eletrônico, contendo as seguintes informações:

a) Dados fixos: nome do serviço e a marca Correios;

b) Dados variáveis: número e ano de assinatura do contrato, DRs de origem do contrato e de postagem e nome ou sigla da **CONTRATANTE**.

3.2.1 A Chancela de Franqueamento prevista no subitem anterior deverá ser utilizada, exclusivamente, em objetos distribuídos pela **ECT**, por meio do presente contrato.

3.2.1.1 A não observância ao uso exclusivo da chancela de franqueamento implicará no pagamento de multa, pela **CONTRATANTE**, correspondente a 10% (dez por cento) do valor verificado no último faturamento do respectivo contrato.

3.2.1.2 A multa a que se refere o subitem anterior incidirá sobre cada objeto identificado pela **ECT** e que tenha sido distribuído por terceiros, sem prejuízo das sanções instituídas pela quebra do monopólio postal, se for o caso, limitada a 50% da importância do faturamento tomado como base para sua aplicação.

3.2.1.3 No caso de franquia postal, o órgão ou entidade deverá ser orientada por escrito (carta, ofício, telegrama), no sentido de que não seja, em hipótese alguma, adotada a situação descrita nos subitens 3.2.1. ao 3.2.1.2.

3.2.2. O subitem 3.2 não se aplica aos serviços: Recebimento de contas/Inscrições, Malote, Mensageria, FAX Post, Telegrama, AR Digital, DNE, Caixa Postal, Mala Oficial e selo personalizado, por não utilizarem a chancela de franqueamento padrão.

3.3. Observar as condições gerais de aceitação de objetos estabelecidas pela **ECT**, especificadas nos ANEXOS ou nas Tarifas/Tabelas de Preços, quanto a peso, dimensões e demais normas previamente informados pela **ECT**, inclusive, o endereçamento completo com a utilização do CEP, estabelecidas para cada modalidade de serviço.

3.4. Utilizar embalagens adequadas ao peso, às condições de aceitação e natureza do conteúdo, conforme recomendações da **ECT**.

3.5. Informar à **ECT** e manter atualizados (por carta, ofício ou telegrama) todos os dados cadastrais, incluindo o(s) endereço(s) para a entrega de fatura(s) e comunicações diversas;

3.6. Informar à unidade de vinculação do contrato o endereço de correio eletrônico, telefones e fax para os contatos que se fizerem necessários e comunicar, de imediato, sempre que ocorrer qualquer alteração;

3.7. Postar os objetos nas Unidades previamente acordadas com a **ECT**.

Contrato Múltiplo Padronizado – Versão Órgão Público - ECT x .CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS Nº ..... /2014

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

REVEN/RS-06 – SANTA MARIA – Rua Venâncio Aires, 1742 – 97001-970 – SANTA MARIA/RS  
Telefone: 55 3223-5918-r. 240; Fax 55 3223-5918-r. 241; e-mail [rsreven06@correios.com.br](mailto:rsreven06@correios.com.br)



3.8. Apresentar, obrigatoriamente o cartão de postagem, quando da utilização do(s) serviço(s) e/ou aquisição de produtos postais;

3.8.1. A **CONTRATANTE** é a única responsável pelos Cartões de Postagem fornecidos pela **ECT** para a postagem, inclusive por parte de seus representantes credenciados, respondendo por danos causados por sua utilização indevida. Na hipótese de seus cancelamentos ou de descredenciamento de preposto, os cartões deverão ser restituídos à **ECT** no ato da formalização. Quando da rescisão do contrato, a devolução do cartão deve ocorrer na última postagem ao término do prazo da vigência;

3.8.1.1. Em caso de perda, roubo ou extravio do cartão de postagem, a **CONTRATANTE** permanecerá responsável, enquanto não comunicar o fato oficialmente à **ECT**, por meio de correspondência com prova de recebimento;

3.8.1.2. Na hipótese de qualquer alteração no cartão de postagem, comunicar à **ECT** para as providências de substituição, devolvendo o mesmo à **ECT**;

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ECT

4.1. Fornecer previamente à **CONTRATANTE**:

- a) os dados e critérios necessários ao cumprimento da Cláusula Terceira;
- b) informações necessárias à execução deste contrato;
- c) condições de aceitação de cada serviço e prazos de entrega;
- d) especificações a serem observadas na confecção e identificação dos objetos;
- e) formulários citados no(s) anexo(s) e modelos de documentos a serem confeccionados;
- f) tabelas de preços e tarifas relativas aos serviços previstos neste contrato e atualizações;
- g) os cartões de postagem para cada órgão credenciado a utilizar os serviços e/ou adquirir os produtos previstos no(s) ANEXO(s).

4.2. Estabelecer, em conjunto com a **CONTRATANTE**, as Unidades Operacionais e de Atendimento credenciadas para a prestação dos serviços e/ou venda de produtos, bem como orientá-las a respeito da execução dos serviços;

4.3. Prestar todas as informações necessárias à **CONTRATANTE** referentes à utilização dos serviços contratados.

4.4. Disponibilizar a fatura de cobrança no *site* dos Correios, conforme previsto na Ficha Resumo anexa a este contrato;

4.5. Enviar a fatura de cobrança para o endereço indicado pela **CONTRATANTE**;

4.6. Executar o(s) serviço(s) previsto(s) no(s) ANEXO(s), conforme normas estabelecidas pela **ECT**;

Contrato Múltiplo Padronizado – Versão Órgão Público - ECT x CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS Nº ..... /2014

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

REVEN/RS-06 – SANTA MARIA – Rua Venâncio Aires, 1742 – 97001-970 – SANTA MARIA/RS  
Telefone: 55 3223-5918-r. 240; Fax 55 3223-5918-r. 241; e-mail [rsreven06@correios.com.br](mailto:rsreven06@correios.com.br)

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO**

5.1. Pela prestação dos serviços previstos no(s) ANEXO(s) a este contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **ECT** os valores contidos nas Tabelas específicas a cada serviço, fornecidas pela **ECT**, e pelos serviços adicionais e venda de produtos contratados, os valores mencionados, respectivamente, na Tabela de Preços e Tarifas de Serviços Nacionais, Preços Internacionais, Preços SEDEX Mundi, Tarifas Documentos e Demais Serviços e Tabela de Produtos, vigentes na data da prestação dos serviços e aquisição de produtos, sendo reajustados nas mesmas datas e segundo os mesmos índices da modificação das mesmas;

5.1.1. Os valores previstos no subitem 5.1. terão suas vigências adstritas às Tabelas indicadas no mesmo subitem e serão alterados quando da modificação das mesmas;

5.1.1.1. O reajuste das Tabelas mencionadas no subitem anterior observará a periodicidade legal mínima de 12 (doze) meses, contada a partir da data do início da vigência da tabela, indicada no seu próprio texto;

5.1.1.2. O prazo estipulado no subitem 5.1.1.1. poderá ser reduzido, se o Poder Executivo assim o dispuser;

5.2. Independente do procedimento de reajuste, os valores definidos para os serviços prestados e para os produtos vendidos poderão ser revistos, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

5.3. Havendo forma de valor e reajuste distintos daqueles previstos no subitem 5.1., os mesmos serão estabelecidos no próprio ANEXO relativo aos procedimentos do serviço a que se referem os valores e reajustes diferenciados.

5.4. A revisão das tarifas dos serviços prestados pela **ECT** será promovida pelo Ministério das Comunicações, em conformidade com o Art. 70, I da lei nº 9069, de 29 de junho de 1995, combinada com o artigo 1º da Portaria nº 152, de 9 de julho de 1997, do Ministério da Fazenda.

5.5. A **ECT** deverá informar à **CONTRATANTE** os novos valores dos serviços e produtos sempre que ocorrer atualização em suas tarifas e/ou tabelas.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.1. Respeitado o cronograma definido na Ficha Resumo anexa a este contrato, a **ECT** disponibilizará à **CONTRATANTE**, no endereço [http://www.correios.com.br/produtos\\_servicos/sfc/index.cfm](http://www.correios.com.br/produtos_servicos/sfc/index.cfm), para efeito de pagamento, a fatura mensal correspondente aos serviços prestados e produtos adquiridos previstos no(s) ANEXO(s), levantados com base nos documentos de postagem e venda de produtos.

6.1.1. Adicionalmente, a **ECT** entregará à **CONTRATANTE**, no endereço pré-estabelecido, a fatura mensal, respeitados o Período Base (Ciclo de Faturamento) e o vencimento da fatura, definidos na Ficha Resumo anexa que é parte integrante deste contrato.

Contrato Múltiplo Padronizado – Versão Órgão Público - ECT x CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS Nº ..... /2014

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL  
REVEN/RS-06 – SANTA MARIA – Rua Venâncio Aires, 1742 – 97001-970 – SANTA MARIA/RS  
Telefone: 55 3223-5918-r. 240; Fax 55 3223-5918-r. 241; e-mail [rsreven06@correios.com.br](mailto:rsreven06@correios.com.br)



6.1.2. Na hipótese de não haver tempo hábil para a consolidação de todas as postagens efetuadas no período de faturamento, aquelas remanescentes serão faturadas e/ou consideradas para a concessão de descontos em período posterior.

6.2. Os serviços prestados no presente contrato ficam isentos do pagamento da Cota Mínima Mensal de Faturamento ou valor mínimo por postagem estabelecida para os mesmos, exceto com relação ao serviço de MDP, bem como os serviços SEDEX 40436 e SEDEX 40444, que, se contratados, devem observar a Cota Mínima Mensal de Faturamento estabelecida, respectivamente, na Tabela de Preços e Tarifas de Serviços Nacionais e nas Tabelas de Preços específicos, prevalecendo aquela de maior valor, vigente no último dia do ciclo de faturamento do mês de competência do faturamento;

**Observação:** Indicar os subitens 6.2., 6.2.1., 6.2.1.1., 6.2.1.2., 6.2.2 e 6.2.3. com as redações a seguir, caso a opção da CONTRATANTE seja pela inclusão dos ANEXOS MDP, SEDEX 40436, SEDEX 40444 e/ou outro serviço em que é prevista a Cota Mínima Mensal de Faturamento:

6.2. Fica estabelecida, para a utilização dos serviços previstos neste contrato, uma Cota Mínima Mensal de Faturamento correspondente àquela de maior valor dentre os serviços prestados, fixado na Tabela de Preços e Tarifas de Serviços Nacionais, para contratos convencionais, ou tabela de preços específica para o serviço, vigente no último dia do ciclo de faturamento do mês de competência do faturamento, que compõem os ANEXOS;

6.2.1. A Cota Mínima Mensal de Faturamento será cobrada após o segundo período base de faturamento indicado na Ficha Resumo anexa, contado a partir do ciclo inicial de faturamento, independentemente da data de assinatura e vigência do contrato;

6.2.1.1. Havendo inclusão de ANEXO que altere o valor da Cota Mínima Mensal de Faturamento, o novo valor será cobrado a partir do ciclo seguinte ao da data de sua inclusão;

6.2.1.2. No caso de suspensão do cumprimento de suas obrigações conforme disposto no subitem 8.1.3.1., não haverá incidência de Cota Mínima Mensal de Faturamento no período abrangido pela suspensão, sendo aplicada a proporcionalidade pelos dias utilizados no período base (ciclo).

6.2.2. Na hipótese de o valor a ser pago pelo cliente, relativo aos serviços contratados, ser inferior à Cota Mínima Mensal de Faturamento do contrato, a fatura mensal incluirá, além desse valor, um complemento para que o montante a ser pago atinja a importância citada;

6.2.3. Poderá ocorrer a restituição, mediante crédito em fatura posterior, de parte da complementação financeira correspondente ao valor de postagens remanescentes quando da ocorrência da situação descrita no subitem 6.1.2.

6.2.4. O valor da Cota Mínima Mensal de Faturamento será revisto quando da atualização das Tabelas indicadas no subitem 6.2.;

6.3. O pagamento da fatura deverá ser realizado por via bancária, conforme instruções constantes do próprio documento de cobrança.

Contrato Múltiplo Padronizado – Versão Órgão Público - ECT x .CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS Nº ..... /2014

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

REVEN/RS-06 – SANTA MARIA – Rua Venâncio Aires, 1742 – 97001-970 – SANTA MARIA/RS  
Telefone: 55 3223-5918-r. 240; Fax 55 3223-5918-r. 241; e-mail [rsreven06@correios.com.br](mailto:rsreven06@correios.com.br)



6.3.1. A forma de pagamento por meio de crédito em conta corrente somente será aceita mediante autorização prévia e expressa da área financeira da ECT. Eventual depósito sem a anuência da ECT não caracterizará a quitação da fatura, estando a CONTRATANTE sujeita às sanções previstas no subitem 8.1.4;

6.3.2. Quando o pagamento ocorrer pela rede bancária, a baixa da fatura dar-se-á após o crédito na conta corrente da ECT e a respectiva compensação de cheque que porventura venha intermediar a liquidação do título.

6.4. No caso de o pagamento das faturas ser efetuado por meio do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, deve ser utilizado o procedimento OBFatura - Extra-SIAFI, que possibilita a operacionalização do pagamento com a indicação do código de barras ou linha digitável constantes do boleto de cobrança.

6.5. Qualquer reclamação sobre erros de faturamento deverá ser apresentada pela CONTRATANTE, preferencialmente, junto à Central de Atendimento dos Correios - CAC ou por escrito (carta, ofício, telegrama), e receberá o seguinte tratamento:

6.5.1. reclamação apresentada sem o pagamento da fatura será admitida até a data do vencimento:

a) se for procedente, a ECT emitirá nova fatura com o valor correto e com nova data de vencimento; e

b) se for improcedente, a CONTRATANTE pagará a fatura. Caso o pagamento ocorra após o vencimento, a CONTRATANTE pagará a fatura mais os acréscimos legais previstos no subitem 8.1.4., independente do prazo necessário para a apuração por parte da ECT;

6.5.2. Após a data de vencimento, a reclamação somente será aceita com o pagamento integral da fatura;

6.6. Os encargos e multas decorrentes de atraso de pagamento de faturas, bem como débitos e créditos relativos a eventuais ajustes conforme critérios estabelecidos neste contrato serão lançados em fatura posterior, devidamente discriminados.

6.6.1. Os créditos devidos pela ECT, relativos a indenizações, cujos fatos geradores foram apurados e devidamente comprovados pela ECT, serão efetivados, preferencialmente mediante crédito em conta corrente ou, em segunda opção, mediante recolhimento via GRU - Guia de Recolhimento da União.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência do presente contrato, em conformidade com o Inciso II, do Artigo 57 da Lei 8.666/93, será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogar-se por meio de termo aditivo, por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses.

7.2. A vigência do(s) ANEXO(s) iniciar-se-á, a partir da assinatura do termo aditivo e não excederá a do contrato.

Contrato Múltiplo Padronizado - Versão Órgão Público - ECT x .CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS Nº ..... /2014

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

REVEN/RS-06 - SANTA MARIA - Rua Venâncio Aires, 1742 - 97001-970 - SANTA MARIA/RS  
Telefone: 55 3223-5918-r. 240; Fax 55 3223-5918-r. 241; e-mail [rsreven06@correios.com.br](mailto:rsreven06@correios.com.br)

**CLÁUSULA OITAVA – DO INADIMPLEMENTO**

8.1. O inadimplemento das obrigações previstas no presente contrato, ou a ocorrência de quaisquer das situações descritas no Art. 78, da Lei 8.666/93, será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação escrita, com prova de recebimento, para que a parte inadimplente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize a situação ou apresente defesa;

8.1.1. Se for apresentada defesa, a parte prejudicada deverá se manifestar sobre esta no mesmo prazo;

8.1.2. Quando a decisão motivada não acolher as razões da defesa, a parte inadimplente deverá regularizar a situação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da comunicação formal desse fato;

8.1.3. O descumprimento do subitem anterior poderá ensejar a rescisão do contrato, a critério da parte prejudicada, sem prejuízo de eventual indenização por perdas e danos além das demais sanções contratuais e legais aplicáveis;

8.1.3.1. O atraso de pagamento por prazo superior a 90 (noventa) dias concede à **ECT** o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações ou rescindir o contrato conforme previsto no Artigo 78, da Lei 8.666/93.

8.1.4. Ocorrendo atraso de pagamento, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo com a variação da taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC Meta, ocorrida entre o dia seguinte ao vencimento da obrigação e o dia do efetivo pagamento, acrescido de multa de 2% (dois por cento) e demais cominações legais, independentemente de notificação.

8.1.4.1. Neste caso, os encargos decorrentes do atraso de pagamento serão cobrados em fatura posterior.

8.1.5. Se permanecer inadimplente, a **CONTRATANTE** terá seu CNPJ inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, pela **ECT**, em obediência ao disposto na Lei 10.522 de 19 de julho de 2002;

8.1.5.1. Este dispositivo não se aplica aos “Órgãos Públicos Federais”.

8.1.6. Será de responsabilidade da **CONTRATANTE** as custas cartoriais, caso haja necessidade de a **ECT** recorrer ao mecanismo de “PROTESTO DE TÍTULO”, para reaver os seus valores devidos, por atraso no pagamento de faturas, podendo ser pagas diretamente nos cartórios ou ressarcidas à **ECT** se o pagamento das custas ocorrer de forma antecipada.

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO**

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo:

9.1.1. por interesse de qualquer uma das partes e mediante comunicação formal, com prova de recebimento e aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias;

9.1.2. por inadimplemento, conforme consta na Cláusula Oitava; e

Contrato Múltiplo Padronizado – Versão Órgão Público - ECT x CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS Nº ..... /2014

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

REVEN/RS-06 – SANTA MARIA – Rua Venâncio Aires, 1742 – 97001-970 – SANTA MARIA/RS  
Telefone: 55 3223-5918-r. 240; Fax 55 3223-5918-r. 241; e-mail [rsreven06@correios.com.br](mailto:rsreven06@correios.com.br)





9.1.3. na hipótese de ocorrer qualquer das situações e formas previstas no bojo dos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93, obedecido ao disposto no subitem 8.1.;

9.2. Quando ocorrer interesse público, a **ECT** poderá rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93, nos termos do art. 58, II, combinado com parágrafo 3º do artigo 62, do mesmo Estatuto Licitatório;

9.3. No caso de rescisão, fica assegurado à **ECT** o direito de recebimento dos valores correspondentes aos serviços prestados e/ou produtos adquiridos pela **CONTRATANTE** até a data da rescisão, de acordo com as condições de pagamento estabelecidas no(s) ANEXO(s).

9.4. Da mesma forma fica garantida à **CONTRATANTE** a devolução de seus objetos e valores devidos para repasse.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste contrato têm seu valor estimado em R\$ 1.000,00 (HUM MIL REAIS).

10.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: Outros serviços de terc.- pessoa jurídica

Projeto/Atividade/Programa de Trabalho: Serviços de comunicação em geral

10.3. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA APROVAÇÃO E DISPENSA DE LICITAÇÃO

11.1. O presente contrato terá validade depois de aprovado pelos órgãos competentes da **CONTRATANTE** e da **ECT**.

11.2. A realização de licitação e a prestação de garantia foram dispensadas com base no Artigo 24, Inciso VIII, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A **ECT** não se responsabiliza:

12.1.1. por valor incluído em objetos postados sem a respectiva declaração de valor;

12.1.2. pela demora na execução de qualquer serviço, resultante de omissão ou erro por parte da **CONTRATANTE**;

12.1.3. por prejuízos indiretos e benefícios não-realizados;

12.1.4. por objeto que, no todo ou em parte, seja confiscado ou destruído por autoridade competente, desde que haja comprovação documental;

Contrato Múltiplo Padronizado – Versão Órgão Público - ECT x CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS Nº ..... /2014

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

REVEN/RS-06 – SANTA MARIA – Rua Venâncio Aires, 1742 – 97001-970 – SANTA MARIA/RS

Telefone: 55 3223-5918-r. 240; Fax 55 3223-5918-r. 241; e-mail [rsreven06@correios.com.br](mailto:rsreven06@correios.com.br)

*[Handwritten signatures and initials]*

12.2. A responsabilidade da **ECT** cessa, sem prejuízo do disposto no(s) respectivo(s) ANEXO(s), nas seguintes condições:

12.2.1. quando o objeto tiver sido entregue no endereço do destinatário a quem de direito ou restituído à **CONTRATANTE**;

12.2.2. terminado o prazo para a reclamação, previsto em ANEXO, para cada serviço;

12.2.3. em caso fortuito ou de força maior (catástrofes naturais, revolução, motim, tumulto e qualquer outro movimento de natureza popular), regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

12.2.4. nos casos de paralisação da jornada de trabalho independentemente de sua vontade;

12.3. Em caso de extravio, perda ou espoliação de objetos postados sob registro, a responsabilidade da **ECT** está limitada aos preços postais mais o valor de indenização constante da Tabela de Preços e Tarifas de Serviços Nacionais;

12.3.1. Esses valores serão pagos à **CONTRATANTE**, conforme previsto no subitem 6.6.1., Cláusula Sexta;

12.4. Não devem ser incluídos nos objetos postados, quando for o caso, materiais relacionados no Artigo 13 da Lei nº 6.538, de 22/06/1978, e na Lista de Objetos Proibidos da União Postal Universal - UPU;

12.4.1. A **ECT** se reserva o direito de proceder, eventualmente, à abertura dos objetos recebidos, para fins de verificação e controle de seu conteúdo, na presença de representante legal da **CONTRATANTE** ou do destinatário;

12.5. As partes responderão pelo cumprimento das exigências relativas à documentação fiscal, na forma da legislação vigente, sendo que os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente contrato ou de sua execução constituem ônus de responsabilidade exclusiva do respectivo contribuinte, conforme definido na legislação vigente.

12.5.1. Havendo imputação de responsabilidade tributária a uma parte em decorrência de fato cuja responsabilidade originária seja da outra parte, caberá a esta ressarcir àquela os valores efetivamente pagos.

12.5.2. Para efeito do ressarcimento exposto no subitem anterior, a obrigação será considerada direito líquido e certo, devendo ser realizada em 10 (dez) dias, contados da data da comprovação de recebimento da comunicação oficial do seu pagamento.

12.6. Em complementação à obrigatoriedade legal expressa nos artigos 5º e 6º, da Lei 6.538/78, as partes devem também guardar sigilo absoluto sobre informações proprietárias e confidenciais necessárias à prestação dos serviços ora contratados, quais sejam, documentos, informações e programas inerentes aos serviços contratados.



12.6.1 As informações proprietárias e confidenciais necessárias à prestação dos serviços ora contratados mencionadas no subitem anterior referem-se a planos de triagem de objetos, softwares de gerenciamento de postagem, soluções logísticas, dentre outras.

12.6.1.1 Quando houver necessidade de divulgação de qualquer uma dessas informações, por determinação de órgão competente para tal, a parte interessada deverá solicitar, previamente, autorização expressa à outra.

12.7. As disposições contratuais e de seu(s) respectivo(s) ANEXO(s) deverão ser interpretadas harmonicamente, considerando os procedimentos inerentes ao(s) serviço(s) prestado(s), assim como aos costumes e normas vigentes.

12.8. Este contrato poderá ser revisto total ou parcialmente, a qualquer época, mediante prévio entendimento entre as partes com a celebração de respectivo Termo Aditivo, se for o caso;

12.9. Em caso de conflito quanto aos aspectos operacionais prevalecem as peculiaridades de cada serviço sobre os termos do presente contrato, estando as disposições previstas no(s) respectivo(s) ANEXO(S);

12.9.1. Havendo lacuna nos ANEXOS, serão aplicados os procedimentos gerais previstos neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Porto Alegre/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Pela CONTRATANTE:

*[Assinatura]*  
ANTONIO IBANES ÉRBICE  
PRESIDENTE

TESTEMUNHAS:

*[Assinatura]*  
LUCIANO S. TWORKOWSKI

CPF: 741.728.590-20

*[Assinatura]*  
LUCIA REGINA A. TAMBARA

CPF: 235.597.300-82

14 de fevereiro de 2014  
Pela ECT:

*[Assinatura]*  
ADRIANO FLORES DA SILVA  
Gerente REVEN-06-Santa Maria

*[Assinatura]*  
Almir Salvaterra Xarão Perdomo  
Mat. 8.775.673-0  
Gerente Eventual REVEN/RS-06-SMA  
PRT/RS-2130/2005

Contrato Múltiplo Padronizado – Versão Órgão Público - ECT x .CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS Nº ..... /2014

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

REVEN/RS-06 – SANTA MARIA – Rua Venâncio Aires, 1742 – 97001-970 – SANTA MARIA/RS

Telefone: 55 3223-5918-r. 240; Fax 55 3223-5918-r. 241; e-mail [rsreven06@correios.com.br](mailto:rsreven06@correios.com.br)



NÚMERO [ ]

FICHA RESUMO – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS		DATA 14.02.14	
CONTRATANTE CAMARA MUN. DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS		NÚMERO DO CONTRATO 9912343964	
CÓDIGO ADM 14051770	PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL 14.02.14 a 14.02.19		
CICLO DE FATURAMENTO (PERÍODO BASE) Serviços prestados do dia [ ] ao dia [ ] do mês seguinte.		VENCIMENTO DA FATURA Dia [ ] do mês seguinte ao da prestação do serviço (Período Base)	
ENTREGA DA FATURA DATA LIMITE PARA A ENTREGA DA FATURA NO ENDEREÇO PRÉ-ESTABELECIDO ____ (____) dias antes do vencimento da fatura.		DISPONIBILIZAÇÃO DA FATURA DATA LIMITE PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DA FATURA NA INTERNET ____ (____) dias antes do vencimento da fatura. Ficarão disponibilizadas no endereço <a href="http://www.correios.com.br/produtos_servicos/sfc/index.cfm">http://www.correios.com.br/produtos_servicos/sfc/index.cfm</a> as faturas (com código de barras) e os correspondentes extratos, contendo analiticamente os lançamentos que deram origem ao referido documento de cobrança.	
DR DE ORIGEM DO CONTRATO	ÓRGÃO GESTOR DO CONTRATO	COTA MÍNIMA DO CONTRATO	
		POR POSTAGEM [ ]	POR FATURAMENTO [ ]/MÊS
ESPECIFICIDADES DOS SERVIÇOS			
FATURAMENTO	[ ] DESCENTRALIZADO POR CENTRO DE CUSTO [ ] CENTRALIZADO		

Contrato Múltiplo Padronizado – Versão Órgão Público - ECT x .CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS Nº ..... /2014

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

REVEN/RS-06 – SANTA MARIA – Rua Venâncio Aires, 1742 – 97001-970 – SANTA MARIA/RS  
Telefone: 55 3223-5918-r. 240; Fax 55 3223-5918-r. 241; e-mail [rsreven06@correios.com.br](mailto:rsreven06@correios.com.br)



SERVIÇOS CONTRATADOS (código/discriminação)	INÍCIO DO SERVIÇO	TÉRMINO DO SERVIÇO	Nº DO ANEXO	UNIDADE DE VINCULAÇÃO	COLETA DOMICILIÁRIA SIM/NÃO
RC14575 Mala Direta Postal Básica - MDPB			01	AC SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
RC41068 Encomenda PAC			02	AC SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
10065 Carta Comercial			03	AC SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
RC40096 Sedex Contrato			04	AC SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
14036 Mala Direta Postal Domiciliária- MDPD			05	AC SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
34053,34088 Serviços de Caixa Postal			06	AC SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
RC12017 Carta/Cartão Resposta			07	AC SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
75043 Remessa Local			08	AC SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
RC45000 Correios Internacional Serviço			09	AC SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
RC60070 Segmentos Telemáticos			10	AC SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
85000 Aquisição de Produtos			11	AC SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
34312 Sistema WEB Service			12	AC SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
Limites de dimensões e de pesos			13	AC SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
8916-8 / 8918-4 / 8919-2 Certificação Digital			14	AC SÃO FRANCISCO DE ASSIS	

Pela CONTRATANTE:



ANTONIO IBANES FRATIC  
PRESIDENTE

Pela ECT:



ADRIANO FLORES DA SII VA  
Gerente REVEN-06-Santa Maria

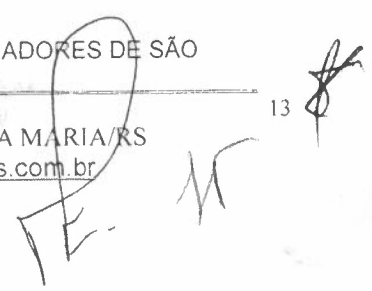
Almir Salvador da Xarão Perdomo  
Mat. 8.775.673-D  
Gerente Eventual REVEN/RS-06-SMA  
PRT/RS-2130/2005

Contrato Múltiplo Padronizado – Versão Órgão Público - ECT x CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS Nº ..... /2014

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

REVEN/RS-06 – SANTA MARIA – Rua Venâncio Aires, 1742 – 97001-970 – SANTA MARIA/RS

Telefone: 55 3223-5918-r. 240; Fax 55 3223-5918-r. 241; e-mail rsreven06@correios.com.br



1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912343964, QUE ENTRE SI FAZEM SÃO FRANCISCO DE ASSIS CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

**CONTRATANTE:**

Denominação/Nome por extenso: SÃO FRANCISCO DE ASSIS CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
CNPJ/MF: 91.262154/0001-07	Inscrição Estadual:	
SIGLA/Nome resumido *****	Ramo de Atividade: 84.11-6-00- Administração pública em geral	
Endereço: RUA 13 DE JANEIRO, 535		
Cidade: SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UF: RS	CEP: 97610-000
Telefone: (55) 3252-1288 // (55) 3252-1718	FAX: *****	
Endereço Eletrônico: legisfa@terra.com.br		
Nome do Responsável: SONIA APARECIDA DA SILVA NEMITZ		
Cargo: PREFEITA	RG: 9028809888	CPF: 402515350-53

**CONTRATADA:**

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969.		
Nome da Diretoria Regional: REVEN-06-SANTA MARIA	CNPJ/MF: 34.028.316/2227-85	
Endereço: RUA VENANCIO AIRES, 1742		
Cidade: SANTA MARIA	UF: RS	CEP: 97010-002
Telefone: 55-3225-2321	FAX: RAMAL 241	
Endereço Eletrônico: rsreven06@correios.com.br		
Gerente REVEN/RS-06: ADRIANO FLORES DA SILVA		
RG: 1069598413	CPF: 898.827.920-49	
Gerente REVEN/RS-06: EDUARDO DE AZEVEDO FERREIRA		
RG: 9002731454	CPF: 356.393.930-68	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores, o TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

Contrato [ECT X SÃO FRANCISCO DE ASSIS CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES- Nº 9912343964/2014

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

REVEN/RS-06 – SANTA MARIA – Rua Venâncio Aires, 1742 – 97001-970 – SANTA MARIA/RS  
Telefone: 55 3223-5918-r. 240; Fax 55 3223-5918-r. 241; e-mail [rsreven06@correios.com.br](mailto:rsreven06@correios.com.br)

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO**

Em conformidade com o art. 57, II da Lei n.º 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 14/02/2015 até 13/02/2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 1.000,00 (HUM MIL REAIS).

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: OUTROS SERVIÇOS DE TERC.- PESSOA JURÍDICA.

Projeto/Atividade: Serviços de comunicação em geral.

Nº do Empenho: 13

Data do Empenho: 13/01/2015.

Valor: R\$ 1.000,00.

**CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO:**

Caberá a(ao) CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial e no prazo legal.

**CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO:**

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Alegre/RS, 31 de Março de 2015.

**Pela CONTRATANTE:**



**SONIA A. DA SILVA NEMITZ**  
Presidente

**Pela ECT**



**ADRIANO FLORES DA SILVA**  
Gerente REVEN-06-Santa Maria



**EDUARDO DE AZEVEDO FERREIRA**  
Gerente Ativ. Vendas Corporativas

**TESTEMUNHAS:**



**LUCIANO S. WORKOWSKI**  
741.728.590-20



**LUCIA REGINA ANTUNES TAMBARA**  
235.597.300-82



3º (Terceiro) TERMO ADITIVO AO CONTRATO 9912343964, QUE ENTRE SI FAZEM A (O) SÃO FRANCISCO DE ASSIS CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

CONTRATO ECT/DRS

9912343964

**CONTRATANTE:**

Denominação/Nome por extenso: SÃO FRANCISCO DE ASSIS CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
CNPJ/MF: 91.262.154/0001-07	Inscrição Estadual:	
SIGLA/Nome resumido: *****	Ramo de Atividade: 84.11-6-00- Administração pública em geral	
Endereço: RUA 13 DE JANEIRO, 535 – BAIRRO CENTRO		
Cidade: SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UF: RS	CEP: 97610-000
Telefone: (55) 3252-1288 // (55) 3252-1718	FAX:	
Endereço Eletrônico: <i>legisfa@terra.com.br</i>		
Nome do Responsável: JOIR ISOLABELLA MENDES		
Cargo: PRESIDENTE	RG: 5035839991	CPF: 488.392.050-04

**CONTRATADA:**

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969.		
Nome da Diretoria Regional: DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL	CNPJ/MF/DR: 34.028.316/0026-61	
Endereço: RUA VENÂNCIO AIRES, 1742		
Cidade: SANTA MARIA	UF: RS	CEP: 97010-002
Telefone: (55) 3225-2321	FAX: RAMAL 241	
Endereço Eletrônico: <i>Rsreven06@correios.com.br</i>		
Gerente Regional: ADRIANO FLORES DA SILVA		
RG: 1069598413	CPF: 898.827.920-49	
Chefe da Seção de Planejamento e Acompanhamento à Vendas Corporativas: ROMÁRIO GROHMANN		
RG: 1053243166	CPF: 806.314.950-53	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores, o TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

Contrato ECT X SÃO FRANCISCO DE ASSIS CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES – 9912343964/2014

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL  
REVEN/RS-06 – SANTA MARIA – Rua Venâncio Aires, 1742 – 97001-970 – SANTA MARIA/RS  
Telefone: (55) 3223-5918- R. 240; FAX: (55) 3223-5918- R. 241; e-mail *rsreven06@correios.com.br*



**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO**

Em conformidade com o art. 57, II da Lei n.º 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato pelo período de 14/02/2016 até 14/02/2017.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 1.500,00 (Hum Mil e Quinhentos Reais).

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: OUTROS SERVIÇOS DE TERC. - PESSOA JURÍDICA.

Projeto/Atividade: Serviços de Comunicação em geral.

Data do Empenho: 06/01/2016.

Valor: R\$ 1.500,00.

**CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO:**

Caberá a(ao) CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial e no prazo legal.

**CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO:**

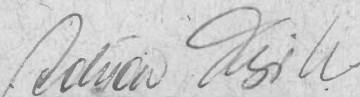
Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

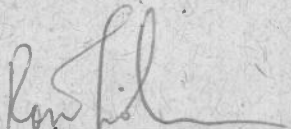
Porto Alegre, 15 de maio de 2016.

**Pela CONTRATANTE:**

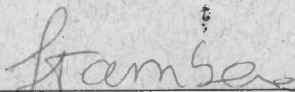
**JOIR SOLABELLA MENDES  
PRESIDENTE**

**Pela ECT:**

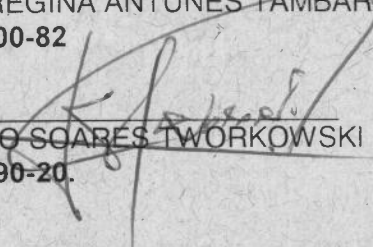
**ADRIANO FLORES DA SILVA  
Gerente REVEN/RS-06/SMA**



**ROMÁRIO GROHMANN  
Chefe SPAC/GEVEC/RS**

**TESTEMUNHAS:**

**NOME: LUCIA REGINA ANTUNES TAMBARA  
CPF: 235.597.300-82**



**NOME: LUCIANO SOARES TWORKOWSKI  
CPF: 741.728.590-20.**